



SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES
Rua México, 341 - Bairro Nova Porto Velho - CEP 76820190 - Porto Velho - RO

Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA DEFINITIVO Nº 011/SMCL/PVH/2026

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA

Nome do requisitante:

Francisca Rodrigues Nery
Aléxis J.X. González
Geysabelle Chaves Duarte Torres
Carla Dominique Brambilla
Watanabe
Geison Costa da Silva

Cadastro:

830118
067357
206286
271833
245747

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de oficinas terapêuticas (yoga, pintura em tela, atividades esportivas, violão/música, dança, teatro) com todos os materiais e instrumentos necessários para execução do serviço contratado para atendimento do centro de convivência e cultura em saúde mental da rede de atenção psicossocial (RAPS)**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

IT	CAT CAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUAN	VALOR UNITÁ R\$	VALOR TOTAL R\$
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS						
1	2567 4	Oficinas de pintura em tela	HORAS	104	R\$ 128,00	R\$ 13.312,00
2	1997 6	Oficina de violão/música	HORAS	104	R\$ 167,00	R\$ 17.368,00
3	1736 1	Oficina de teatro	HORAS	104	R\$ 147,00	R\$ 15.288,00
4	1088 0	Oficina de ginástica de conscientização corporal – Yoga	HORAS	104	R\$ 129,50	R\$ 13.468,00
5	2194	Oficina de dança	HORAS	104	R\$ 96,00	R\$ 9.984,00
6	1431 1	Oficina de atividades esportivas	HORAS	104	R\$ 128,00	R\$ 13.312,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 82.732,00 (oitenta e dois mil setecentos e trinta e dois reais).

1.1.1. Em caso de divergência entre as especificações do objeto constante neste e o respectivo código do Catálogo de Materiais (**CATMAT**) ou do Catálogo de Serviço (**CATSERV**) do sistema, prevalece as especificações do Termo de Referência.

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO: Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **COMUNS**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da legislação vigente no inciso XIII, Art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.3. Esta licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar o **MENOR PREÇO** para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos listados no Art. 5º da Lei 14.133/21. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável atendendo as necessidades da **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente Contratação apresentou a devida justificativa, extraída dos autos do **Processo Administrativo nº 005.004835/2025-55**, e visa motivar a contratação pretendida nos autos, em atendimento ao que preceitua a legislação aplicável, em especial o contido na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.1.1. Importante consignar que a justificativa da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de planejamento. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência id. 0284006, elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

2.1.2. Assim, seguindo a regular tramitação dos autos, na forma disciplinada da Lei Complementar nº 1.000, regulamentada pelo Decreto nº 21.133, de 03 de julho de 2025, Lei 14.133/2021, Decreto n. 18.892 de 30 de março de 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos no Município de Porto Velho e dá outras providências, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, é que formalizamos o presente Termo de Referência Definitivo, e ainda com os elementos técnicos apresentados nos autos e nos limites da competência desta Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações – SMCL.

2.2. DA JUSTIFICAVA DA SEMUSA (id. 0284006)

Documento de Formalização de Demanda - DFD DMAC (AGOST 24) e-DOC 8FF1E09D (0242845)

Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Serviço de Oficinas Terapêuticas (yoga, pintura em tela, atividades esportivas, violão/música, dança, teatro) com todos os materiais e instrumentos necessários para execução do serviço contratado para atendimento do Centro de Convivência e Cultura em Saúde Mental da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Conforme a nova lei de licitações e contratos administrativos, a Lei nº 14.133/2021, que introduz o Plano de Contratações Anual que, embora a mesma mencione a possibilidade e não obrigatoriedade de sua elaboração, diversos são os sinais que a elaboração deste instrumento de planejamento é imperativa, inclusive, anunciado como caracterizador da fase preparatória do processo licitatório.

De acordo com a Portaria nº 396 de 07 de julho de 2005 a implementação de um Centro de Convivência e Cultura deve ocorrer apenas em municípios que já tenham construído resposta pública efetiva para os transtornos mentais persistentes e severos. A rede SUS substitutiva destes municípios deve contar com cobertura adequada, especialmente de CAPS (Centro de Atenção Psicossocial).

Considerando que em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surgimento de uma nova doença provocada por um vírus do tipo coronavírus – a COVID-19. Foi considerada uma emergência de saúde pública de interesse internacional, com alto risco de se espalhar para outros países ao redor do mundo. Em março de 2020, a OMS avaliou que a COVID-19 caracterizava-se como uma pandemia. Foi possível dividir as consequências da pandemia em

quatro ondas: a primeira se refere à sobrecarga imediata sobre os sistemas de saúde em todos os países que tiveram que se preparar às pressas para o cuidado dos pacientes graves infectados pela COVID-19; a segunda está associada à diminuição de recursos na área de saúde para o cuidado de outras condições clínicas agudas, devido a realocação de verba para o enfrentamento da pandemia; a terceira tem relação com o impacto da interrupção nos cuidados de saúde de várias doenças crônicas; a quarta inclui o aumento de transtornos mentais e dos traumas psicológicos provocados diretamente pela infecção ou por seus desdobramentos secundários.

Esses dados são percebidos com as agendas dos profissionais de saúde mental dos Centro de Atenção Psicossociais (CAPS Três Marias, CAPS Infantojuvenil, e CAPS Álcool e Outras Drogas) do município de Porto Velho preenchidas por 03 (três) meses. Conforme quadro abaixo com a Produção de Consulta Médica em Atenção Especializada (código 0301010072):

Unidade	Ano		Aumento %
	2021	2023	
Centro de Atenção Psicossocial II Porto Velho - CAPS Três Marias	4.393	8.986	104,55
Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil	2.639	5.904	123,72
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas	4.521	7.379	63,21

Fonte: DRAC/SEMUSA

Uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), em 2021, confirmou o aumento de casos de doenças mentais com a pandemia. De acordo com a pesquisa, o Brasil lidera com mais casos de ansiedade (63%) e depressão (59%), seguido, respectivamente, da Irlanda e dos Estados Unidos. Um outro estudo desenvolvido em conjunto pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) constatou que 40,4% dos brasileiros participantes do estudo estavam tristes ou deprimidos, e 50,6% ansiosos ou nervosos durante a pandemia.

Para se ter uma ideia, aproximadamente 9,3% dos brasileiros sofrem de ansiedade patológica. Uma empresa especializada em soluções de saúde digital, a Docway, realizou estudo que evidencia um crescimento de 22,1% nos atendimentos totais de telemedicina e de 1.290% nas consultas de psiquiatria e psicologia em 2022 – um salto de 2.852 atendimentos para 35.898 no ano passado, em comparação com o ano anterior. Também foi percebido uma elevação de 36,5% nos diagnósticos de pacientes com transtornos de ansiedade.

Considerando que o município de Porto Velho conta com três CAPS: CAPS infantojuvenil, CAPS álcool e outras drogas, e CAPS II. E com a perspectiva de inauguração da Unidade de Acolhimento Transitório Infantojuvenil e do Centro de Convivência e Cultura; faz-se necessário a contratação de oficinas com fornecimento de material para a operacionalização do Centro de Convivência e Cultura. O Centro de Convivência e Cultura compõe a rede de atenção substitutiva em saúde mental, na desinstitucionalização das pessoas com sofrimento mental persistente e severo, uma vez que oferecerem a essas pessoas espaços de sociabilidade, produção cultural e intervenção, permitindo que o usuário com transtorno mental tenham um espaço de convivência e interação com outros grupos sociais. Considerando que estudos apontam que os Centros de Convivência e Cultura em Saúde Mental tem resultado na melhora na saúde psicoemocional de seus usuários, sendo constantemente relatada pelos usuários destes espaços. A implantação desse tipo de espaço contribui para uma desestigmatização e desmistificação dos preconceitos com relação ao adoecimento mental, além de prevenir à ocorrência de novas crises.

É importante lembrar que o Centro de Convivência e Cultura em Saúde Mental não são equipamentos assistenciais, mas espaços de articulação com a vida cotidiana, e serve como um elo que liga os usuários a comunidade através de diferentes ações realizadas. Sendo um local para realização de oficinas de artes, de atividades esportivas, e de celebração de eventos em datas comemorativas.

As oficinas, diferentemente do que ocorria nos manicômios, não são práticas impostas àqueles que possuem transtornos mentais. São propostas de acordo com o projeto terapêutico formulado pela equipe de referência do CAPS e é o usuário quem decide se as oficinas lhe interessam ou não. Podendo existir as modalidades de oficinas: Expressivas, práticas corporais, as geradoras de renda, alfabetização.

As oficinas expressivas são espaços em que os usuários trabalham com a expressão plástica, como a pintura, por exemplo; a expressão corporal, como a dança; a expressão verbal, com poesias, contos etc.; a expressão musical; a fotografia; e o teatro. As oficinas de práticas corporais são para auxiliar os usuários a implementar práticas de vida saudável com exercício físico (como, por exemplo, ginástica na modalidade yoga, pilates ou tai chi chuan) ou práticas esportivas (como, por exemplo, futebol, basquete, vôlei, corrida).

As oficinas geradoras de renda são para o sustento ou para complementação da renda daqueles que possuem intenso sofrimento psíquico, através da aprendizagem de alguma atividade específica (culinária, artesanato em geral, etc.). Assim, essas oficinas são importantes formas de promoção de autonomia e de reinserção social do sujeito.

As oficinas de alfabetização são para aqueles que não tiveram acesso à educação formal ou não continuaram os estudos aprenderem a escrita e a leitura e, dessa forma, (re)construam sua cidadania.

Assim faz-se necessário a programação de atividades diárias para a operacionalização do Centro de Convivência e Cultura em Saúde Mental, de modo que solicitamos a contratação de Serviço de Oficinas expressivas e de práticas corporais com fornecimento de mão de obra e material conforme o quadro abaixo:

Oficinas expressivas	
<i>Oficinas de pintura em tela</i>	Usa técnica em tinta a óleo ou acrílico sendo um recurso terapêutico que promove o estímulo à criatividade, expressividade e ao desenvolvimento de habilidades artísticas e sociais. Além disso, essas atividades promovem a convivência, resgata a autoestima, fortalece laços afetivos, sociais e familiares. Tem como objetivo interferir de maneira positiva, por meio da arte e da cultura, para a melhoria da condição de vida de pessoas em vulnerabilidade psicossocial, com sofrimento mental ou que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas; como também efetivar a rede de saúde mental como espaço acolhedor para ressignificação que potencializa e valoriza o protagonismo de cada sujeito de alta expressão artístico/cultural, proporcionando formas de inserção social, tendo a arte como ferramenta. As propostas são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental.
<i>Oficina de violão/música</i>	Promove a redução da ansiedade, do estresse, da depressão e outros sintomas relacionados a saúde mental; melhora a comunicação, memória, atenção e interação social; melhora da autoestima e autoconfiança; bem como auxilia na coordenação motora e promove o estímulo à criatividade e expressividade. As propostas são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental.
<i>Oficina de teatro</i>	Funciona como forma de manifestação artística que estimula a criatividade, a espontaneidade e se manifesta através da expressão corporal. Exige o desenvolvimento de habilidades sensoriais, físicas, mentais, cognitivas, sentido poético e reflexivo que despertam nos protagonistas suas potências criadoras. O teatro tem aplicações na saúde mental (por exemplo, o psicodrama e o esquizodrama; que são intersecção entre teatro e psicoterapia). Há no teatro outros métodos, que apesar de desenvolver uma melhor percepção de si, do outro, e do mundo no espaço e no tempo, não são práticas de psicoterapeutas (por exemplo, o teatro do oprimido, que busca

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (id. 0249965), anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos básicos

4.1.1. Em consonância com a legislação e normas que regulam o processo licitatório e visando à racionalização e eficácia da gestão, controle e fiscalização contratual, a contratação dos Serviços especializados para a oferta de **Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental** deverá considerar os seguintes requisitos básicos:

4.1.2. Contratação de empresa(s) especializada(s) e com experiência comprovada;

4.1.3. Prestação dos serviços de **Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental** contemplando todos os materiais, equipamentos e insumos necessários a execução dos serviços;

4.1.4. Vigência contratual de 12 meses, com possibilidade de extensão até 120 meses;

4.1.5. Atendimento às melhores práticas ambientais, de sustentabilidade.

4.1.6. A contratada deverá realizar os serviços contratados nas dependências do Centro de Convivência e Cultura em Saúde Mental, que está vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho/Departamento de Média e Alta Complexidade – DMAC.

4.1.7. No preço contratado deverá estar incluído todos os custos de deslocamento, mão de obra, ferramentas, utensílios, materiais, transporte necessário à execução dos trabalhos, e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária, impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Administração Municipal, e outros que venham incidir sobre o objeto deste contrato.

4.1.8. A contratada executará os serviços contratados conforme a escala semanal e mensal do serviço do Centro de Convivência e Cultura em Saúde Mental. Essa escala será disponibilizada na unidade para conhecimento de todos, população e aos órgãos de controle interno e externo.

4.1.9. A contratada utilizará a infraestrutura da unidade de saúde.

4.2. Requisitos de qualificação.

4.2.1. A CONTRATADA deverá usar de mão de obra qualificada, capacitada, competente e habilitada, que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade. Sendo assim, os profissionais devem ser capacitados e formados em sua especialidade, com certificado de comprovação de sua devida formação.

4.3. Critérios de sustentabilidade

4.3.1. A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade dispostos em Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Norma Regulamentadora NR 32/ABNT, Resolução da Diretoria Colegiada, RDC 15/2012 – Anvisa (Dispõe, sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.), Resolução n. 358/2005 – CONAMA (Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.), Resolução –RDC nº 222, de 28 de março de 2018 (Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências).

4.4. Subcontratação

4.4.1. Com relação à possibilidade de **subcontratação** de parte do objeto, a equipe de planejamento entende que o serviço a ser contratado **não** se configura como uma série/gama de serviços especializados que poderiam ser objeto de subcontratação.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da execução dos serviços

5.1.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 30 (Trinta) dias úteis a partir da assinatura do contrato.

5.1.2. No prazo decorrido entre a assinatura do contrato e o início da execução dos serviços, a Contratada deverá providenciar o necessário para a execução dos serviços.

5.1.3. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (**EPIs**) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços, além de todo material necessário para a execução dos serviços.

5.1.4. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 – ANVISA.

5.2. Local para execução dos serviços

5.2.1. Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental – A execução do serviço será na Unidade de Acolhimento Transitório Infantojuvenil/Centro de Convivência e Cultura em Saúde Mental (CNES 4905229), situado a rua Fernando Ribeiro, 113, Bairro Agenor de Carvalho. Sendo o pedido/encaminhamento realizado pelo Centro de Atenção Psicossocial II Porto Velho – CAPS Três Marias e Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas.

5.3. Dos Serviços de Oficinas Terapêuticas para o Centro de Convivência em Saúde Mental (RAPS)

• **Oficinas de pintura em tela** - Usa técnica em tinta a óleo ou acrílico sendo um recurso terapêutico que promove o estímulo à criatividade, expressividade e ao desenvolvimento de habilidades artísticas e sociais. Além disso, essas atividades promovem a convivência, resgata a autoestima, fortalece laços afetivos, sociais e familiares. Tem como objetivo interferir de maneira positiva, por meio da arte e da cultura, para a melhoria da condição de vida de pessoas em vulnerabilidade psicossocial, com sofrimento mental ou que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas; como também efetivar a rede de saúde mental como espaço acolhedor para ressignificação que potencializa e valoriza o protagonismo de cada sujeito de alta

expressão artístico/cultural, proporcionando formas de inserção social, tendo a arte como ferramenta. As propostas são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental.

- **Oficina de violão/música** - Promove a redução da ansiedade, do estresse, da depressão e outros sintomas relacionados a saúde mental; melhora a comunicação, memória, atenção e interação social; melhora da autoestima e autoconfiança; bem como auxilia na coordenação motora e promove o estímulo à criatividade e expressividade. As propostas são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental.

- **Oficina de teatro** - Funciona como forma de manifestação artística que estimula a criatividade, a espontaneidade e se manifesta através da expressão corporal. Exige o desenvolvimento de habilidades sensoriais, físicas, mentais, cognitivas, sentido poético e reflexivo que despertam nos protagonistas suas potências criadoras. O teatro tem aplicações na saúde mental (por exemplo, o psicodrama e o esquizodrama; que são intersecção entre teatro e psicoterapia). Há no teatro outros métodos, que apesar de desenvolver uma melhor percepção de si, do outro, e do mundo no espaço e no tempo, não são práticas de psicoterapeutas (por exemplo, o teatro do oprimido, que busca romper com os campos que sustentam relações dentro destes regimes de pensamento autoritário, em busca da subversão daquilo ao invés da submissão). A oficina de teatro é uma alternativa lúdica, eficaz e dinâmica na identificação e compreensão de problemas e de estímulo à busca coletiva de alternativas democráticas e criativas. As propostas são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental.

- **Oficina de ginástica de conscientização corporal – Yoga** - Envolve a atenção plena nos movimentos, na respiração e nas posturas. A prática promove uma conexão profunda entre a mente e o corpo, favorecendo o equilíbrio, a flexibilidade e o bem estar integral. O Yoga tem como objetivo promover a flexibilidade, o equilíbrio, a redução do estresse, a tranquilidade mental e o bem-estar geral. As propostas são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental.

- **Oficina de dança** - Trata-se de uma oficina com dupla valência sendo tanto uma prática corporal quanto expressiva. Funciona como instrumento que potencializa a criatividade e proporciona um conhecimento sobre si. A dança e a música atua como uma fonte de satisfação e autonomia, devido ao repertório de escolhas, ao estímulo para as funções cognitivas, psicomotoras, sensoriais, emocionais, culturais e sociais. Devendo a dança potencializar a expressão, o movimento e a consciência corporal, desenvolvendo a percepção de si e do outro em movimento no espaço e no tempo, e possibilitando se conscientizar da capacidade de domínio do próprio corpo em diversos ritmos, assimilando também o nível de sua energia corporal. As propostas são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental.

- **Oficina de atividades esportivas** - Desenvolve atividades lúdicas principalmente ligadas a quatro modalidades esportivas (basquetebol, handebol, voleibol e futebol), além de jogos e brincadeiras. Propostas que são sempre complementares às terapias fornecidas na rede de saúde mental, auxiliando na psicomotricidade, em comportamentos saudáveis e no aprendizado e domínio de habilidades. A atividade prevê momentos de interação entre os participantes na construção de novos conhecimentos, experiências e saberes. Os benefícios associados à prática de atividades físicas são inúmeros, e as oficinas de esportes oferecidas ensinam a vivência em grupo e respeito às regras.

SERVIÇO	MATERIAL MÍNIMO NECESSÁRIO	PARTICIPANTES
Oficina de Ginástica de conscientização corporal na modalidade Yoga	Deverá fornecer: 01 (um)icineiro de yoga; 01 (um) tapete de yoga por participante; 01 (uma) almofada de meditação por participante; 01 (um) aparelho de música.	10
	Deverá fornecer: 01 (um)icineiro de pintura em tela;	

Oficinas de pintura em tela	01 (um) cavalete 40 cm x 24 cm por participante; 01 (uma) tela de pintura 20 x 30 por participante; 01 (um) conjunto com 12 cores de tinta acrílica ou a óleo por participante; 01 (um) pincel n° 0 para detalhe por participante; 01 (um) pincel 17 cm x 5 mm por participante; 01 (um) pincel chato por participante; 01 (um) kit de espátula com 5 unidades por participante; 02 (dois) lápis HB com borracha por participante; 01 (um) godê de pintura com seis cavidades por participante; 01 (uma) paleta para tinta 22,5 cm x 17,5 cm por participante; 01 (um) solvente para diluição de tintas (sob responsabilidade doicineiro); 01 (um) pano ou toalhas de papel por participante	10
Oficina de atividades esportivas	Deverá fornecer: 01 (um)icineiro para atividades esportivas; Bolas (futebol, vôlei, basquete); Cones e marcadores; Apito; Colchonetes de alta densidade por participante; Cordas para pular	10
Oficina de violão/música	Deverá fornecer: 01 (um)icineiro para violão/música; 01 (um) violão por participante; 01 (um) afinador de violão digital por participante; 01 (um) capotrastes de violão por participante; 01 (uma) palheta por participante; Partituras e tablaturas para violão por participante.	10
Oficina de dança	Deverá fornecer: 01 (um)icineiro de dança; 01 (um) aparelho de música.	10
Oficina de teatro	Deverá fornecer: 01 (um)icineiro de teatro; 01 (um) equipamento de som; Roteiro e textos teatrais.	10

5.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is), mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências.

5.4.1. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de

comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.4.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.2. Da Fiscalização

6.2.1. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da CONTRATANTE, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/21.

6.2.2. A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato efetuará a fiscalização do serviço, a qualquer instante, solicitando à contratada, sempre que julgar conveniente, informações sobre o seu andamento. A contratada deverá, então, prestar os esclarecimentos necessários e comunicar à Comissão Fiscalizadora e/ou Fiscal do Contrato quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços;

6.2.3. A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato reservam-se o direito de exercer completa fiscalização do serviço a ser realizado;

6.2.4. No desempenho de suas atividades, é assegurado à Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal do Contrato o direito de verificar e exigir a perfeita execução do contrato em todos os termos e condições;

6.2.5. A Comissão de Fiscalização e/ou Fiscal terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências dos serviços da Contratada;

6.2.6. A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a contratada de total responsabilidade de fornecer o objeto do contrato, com toda cautela e boa técnica.

6.2.7. A obrigação do Município de fiscalizar, não exime a futura contratada de suas responsabilidades diante dele e de terceiros;

6.3. Fiscalização Técnica

6.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.3.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.4. Fiscalização Administrativa

6.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.4.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.5. Gestor do Contrato

6.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao serviço pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133 de 2021.

7.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação.

7.3. Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP valor da parcela paga:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento

será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.8. A administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

7.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.10. A ADMINISTRAÇÃO efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.

7.11. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.2. Exigências de Habilitação

8.2.1. Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos nos artigos 62 a 69 da Lei n. 14.133/2021; Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica as quais estão estabelecidas neste termo e no Edital de licitação.

8.3. Qualificação Técnica

8.3.1. Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento dos serviços compatíveis com o objeto a ser licitado e ainda:

8.3.1.1. Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.

8.3.2. Relação nominal dos profissionais que comporão a equipe técnica responsável pela execução dos serviços, acompanhada da respectiva documentação comprobatória de formação e habilitação profissional. Para cada atividade prática prevista no escopo contratual, deverão ser apresentados os documentos mínimos exigidos, conforme especificado no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO DO ITEM	FORMAÇÃO NECESSÁRIA	DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
Oficina de Ginástica de conscientização o corporal na modalidade Yoga	Ensino Médio Completo, com experiência comprovada na atividade, ou Formação em Yoga (professor ou instrutor de yoga).	Diploma de ensino médio ou equivalente e comprovação através de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou outra forma que comprove o serviço prestado. Certificado de Curso de Yoga ou Terapeuta Ocupacional.

Oficinas de pintura em tela	Ensino Médio Completo, com experiência comprovada na atividade OU Curso Superior em Artes ou Pedagogia ou Sociologia ou Terapeuta Ocupacional.	Diploma de ensino médio ou equivalente e comprovação através de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou outra forma que comprove o serviço prestado. Alternativamente: Certificado de Curso Superior na área de Artes ou Pedagogia ou Sociologia ou Terapeuta Ocupacional
Oficina de atividades esportivas	Ensino Médio Completo, com experiência comprovada na organização e condução de atividades esportivas ou recreativas OU Curso Superior em Educação Física (com registro no CREF), Pedagogia, Lazer e Recreação ou áreas correlatas.	Diploma de Ensino Médio ou equivalente com comprovação de experiência por meio de: Contrato de trabalho, carteira de trabalho, declarações de entidades esportivas ou certificados de participação como facilitador em atividades esportivas ou recreativas. OU Diploma de Curso Superior em Educação Física, Pedagogia, Lazer e Recreação ou área correlata, acompanhado, se necessário, do registro no CREF para profissionais de Educação Física.
Oficina de violão/música	Ensino Médio Completo com experiência comprovada na atividade OU Curso Superior em Artes ou Pedagogia ou Sociologia ou Terapeuta Ocupacional ou Musicoterapia OU Curso Técnico na área de música ou instrumento musical.	Diploma de ensino médio ou equivalente e comprovação através de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou outra forma que comprove o serviço prestado. Alternativamente: Certificado de Curso Superior em Artes ou Pedagogia ou Sociologia ou Terapeuta Ocupacional ou Musicoterapia Certificado de Curso Técnico na área de música ou instrumento musical.
Oficina de dança	Ensino Médio Completo com experiência comprovada na atividade de, no mínimo OU de Curso Superior na área de Artes ou Pedagogia ou Sociologia ou Terapeuta Ocupacional.	Diploma de ensino médio ou equivalente e comprovação através de contrato de trabalho, carteira de trabalho ou outra forma que comprove o serviço prestado. Alternativamente: Certificado de Curso Superior na área de Artes ou Pedagogia ou Sociologia ou Terapeuta Ocupacional
Oficina de teatro	Ensino Médio Completo, com experiência comprovada na atividade teatral (como ator, diretor, facilitador de oficinas de teatro ou educador teatral) OU Curso Superior em Artes Cênicas, Teatro, Pedagogia, Educação Artística ou Terapia Ocupacional.	Diploma de Ensino Médio ou equivalente com comprovação de experiência por meio de: Contrato de trabalho, carteira de trabalho ou declarações que comprovem a prestação de serviços na área teatral. OU Diploma de Curso Superior em Artes Cênicas, Teatro, Pedagogia, Educação Artística ou Terapia Ocupacional.

8.4. Da aplicação da Lei Federal 123/2006 e suas alterações:

8.4.1. Quanto à aplicação dos benefícios CONDICIONADAS AS NORMAS DA LEI 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, para fins de participação desta Licitação, tratando-se de aquisição, os quantitativos do objeto deste termo estão classificados da seguinte forma:

a) ITEM/LOTE COM VALORES ATÉ R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão EXCLUSIVOS para participação de empresas com porte de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS, desde que atendam as exigências estabelecidas neste termo e no edital de licitação;

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o art. 23, da Lei nº 14.133/2021: “Art.23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem

contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto".

9.2. Em conformidade com a pesquisa de preços, atestada pelo Departamento de Pesquisa Mercadológica – DPM/SMCL (id. 0420447 e 0420463), o valor estimado para a contratação é de **R\$ 82.732,00 (oitenta e dois mil setecentos e trinta e dois reais).**

10. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

10.1.2. Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos produtos a serem fornecidos.

10.1.3. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, inclusive sua situação regular junto ao INSS, ao FGTS e às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, mediante o recolhimento das contribuições e impostos respectivos.

10.1.4. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.

10.1.5. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas na fiscalização.

10.1.6. Assumir todas as despesas e providências necessárias à execução do Contrato (licenças, alvarás, autorizações, etc.), quando se fizerem necessárias.

10.1.7. Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do vínculo de seus empregados, assumindo, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, não cabendo qualquer espécie de solidariedade à Contratante.

10.1.8. Fornecer o Objeto licitado, com as mesmas características das especificações exigidas no Termo de Referência e/ou aprovadas em catálogo apresentado na Sessão.

10.1.9. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de entrega.

10.1.10. Os serviços deverão ser prestados diretamente pelo Profissional indicado para executar os procedimentos.

10.1.11. Apresentar ao SUS/Porto Velho sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

10.1.12. No tocante à prestação do serviço serão cumpridas as seguintes normas:

10.1.12.1. É vedada a cobrança dos serviços, direta ou indiretamente ao usuário do SUS, assim como solicitar doações em dinheiro ou que o mesmo forneça material para que o serviço seja prestado.

10.1.12.2. O prestador será responsável por cobranças indevidas realizadas aos usuários do SUS ou aos seus responsáveis legais, mesmo que estas sejam realizadas por seus funcionários.

10.1.13. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na aquisição dos materiais, objeto deste certame, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, observado o que dispõe o art. 125 da Lei 14.133/21.

10.1.13. A contratada observará:

10.1.13.1. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;

10.1.13.2. boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa);

10.1.13.3. Destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA)

10.1.13.4. Utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

10.1.13.5. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

10.1.13.6. A CONTRATADA deverá cumprir a cota, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos, que dentre os (as) aprendizes a serem contratados (as) deverá ser priorizado (a) adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, nos termos do art. 53, caput, incisos I a III, §§ 1º e 2º, do Decreto Presidencial n. 9.579/2018, com redação conferida pelo Decreto nº. 11.479/2023;

10.1.13.7. A CONTRATADA deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.2.1. Indicar formalmente à Contratada o servidor autorizado a solicitar, acompanhar, supervisionar, fiscalizar e auditar os procedimentos e a execução dos serviços de saúde.

10.2.2. Exercer o controle e avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados.

10.2.3. Disponibilizar todas as informações necessárias ao prestador para a execução e bom andamento dos serviços.

10.2.4. Prestar as informações necessárias à execução do Contrato por parte da Contratada.

10.2.5. Prestar o apoio necessário à Contratada para que seja alcançado o Objeto do Contrato, em toda a sua extensão, desde que por esse apoio não venha a assumir ônus adicionais.

10.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de quaisquer Órgãos da Administração Municipal, que, dentro de sua competência, poderão determinar medidas para a correta execução do Objeto, garantindo o fiel cumprimento das normas aplicáveis

10.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, produtos entregues em desacordo com o Contrato e com as obrigações definidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.

10.2.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias conforme determina o Inciso XI do artigo 92 da Lei 14.133/2021;

11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

11.1. A CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente estará sujeita à aplicação das sanções previstas nos arts. 156 e 162 da Lei nº 14.133/2021 a saber:

a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a prestação do serviço;

b) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% por dia após o 30º dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

b.1) Multa de 5% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médicas, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento);

b.2) Multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízos para o ente público CONTRATANTE;

- c)** Impedimento de contratar com a entidade licitante, por prazo não superior a 3 (três) anos, entre outras, nas hipóteses:
- c.1)** Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- c.2)** Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
- c.3)** Não mantiver a proposta;
- c.4)** Falhar gravemente na execução do contrato;
- c.5)** Na reiteração excessiva de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e, no máximo, pelo prazo de 6 anos, entre outros comportamentos e em especial quando:
- d.1)** Apresentar documentação falsa exigida no certame;
- d.2)** Comportar-se de modo inidôneo;
- d.3)** Cometer fraude fiscal;
- d.4)** Fraudar na execução do contrato.
- 11.2.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo;
- 11.3.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da entrega dos serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior;
- 11.4.** Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 165, da Lei 14.133/2021;
- 11.5.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Fornecedores do Município de Porto Velho-RO, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e demais cominações legais.
- 11.6.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1 - GRAU CORRESPONDÊNCIA

GRAU 01	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 02	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 03	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 04	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
GRAU 05	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 2 - INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas leves	01
2	Não entrega de documentação simples solicitada pela CONTRATANTE.	02
3	Descumprimento de prazos.	03
4	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas médias.	02
5		04

	Não entrega de documentação importante solicitada pela CONTRATANTE.	
6	Descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens, que sejam consideradas graves	04
7	Inexecução parcial do Contrato	05
8	Descumprimento da legislação (legais e infralegais) afeta à execução do objeto (direta ou indireta).	05
9	Cometimento de atos protelatórios durante a execução visando adiamento das solicitações do Contratante.	05
10	Inexecução total do Contrato.	05
11	Cometimento de fraude fiscal, durante a execução do objeto	05
12	Declaração, documentação ou informação falsa, adulteração de documentos ou omissão de informações.	05
13	Comportamento inidôneo ou cometimento de mais de uma das infrações previstas nos subitens anteriores.	05
14	Descumprir determinação formal ou instrução do fiscal, por ocorrência	03

11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

11.7.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF pela Contratante.

11.8. No mais, em casos de inadimplemento, aplicam-se as sanções, as formas, os prazos e demais prerrogativas previstas nos arts. 95 à 130 do Decreto Municipal Lei 18.892/2023. (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS);

12. INSTRUMENTO DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação decorrente da presente licitação, ficará subordinada às normas da lei nº 14.133/2021, e será instrumentalizada por intermédio da **assinatura do contrato**.

12.2. O contrato poderá ser, a qualquer tempo, alterado, suspenso ou rescindido, se a contratada deixar de satisfazer as exigências do edital e/ou do contrato e as normas vigentes do Sistema Único de Saúde – SUS, ou em caso de homologação de aprovados em concurso público.

12.3. Em caso de alteração, suspensão ou rescisão do contrato por parte da empresa, está deverá apresentar ofício informando os motivos, com antecedência de 90 dias, a contar da data da entrega do ofício.

12.4. A contratação resultante do produto deste Termo de Referência, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

12.5. Da vigência contratual

12.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d)** Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e)** Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

12.5.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

12.5.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

12.5.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

12.6. Do reajustamento contratual

12.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração (id. 0458063) Data-base PORTO VELHO (RO), 26 DE JANEIRO DE 2026.

12.6.2. Após o interregno de um ano, e mediante requerimento da CONTRATADA devidamente assinado pelo seu responsável, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12.6.9. Caso a CONTRATADA não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

12.7. Da rescisão contratual

12.7.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no Art. 137 e 155 da lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral amigável ou judicial, nos termos e condições do Art.138 da referida lei.

12.7.2. A empresa CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos de rescisão dos Art. 137, 138, 139 e 155 da lei 14.133/21

12.8. Sanções por inadimplência

12.8.1. Em caso de inadimplência na execução do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita as sanções previstas na Lei 14.133/21.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, conforme a seguinte dotação orçamentária:

Projeto Atividade: 08.31.10.302.329.2.669 - Manutenção das Unidades de Saúde de Média Complexidade

Elemento de Despesa: 3.3.90.34 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contrato

Fonte 1600: Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Termo de Referência, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.2. As normas disciplinadoras deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.3. Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Termo de Referência.

14.4. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

14.5. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR é parte integrante do Termo de Referência (documento que faz parte da fase de planejamento de contratações públicas, com intuito de demonstrar a necessidade da contratação e instruir a elaboração do Termo de Referência definitivo).

Porto Velho - RO, 26 de janeiro de 2026.

Responsável(eis) pela elaboração:

Geysebelle Chaves Duarte Torres
Assistente Administrativo

Carla Dominique Brambilla Watanabe
Gerente II - Divisão de Aquisições e Contratações
Decreto Nº 1.823/I,2025

Geison Felipe Costa da Silva
Diretor Executivo de Administração
Decreto Nº 1.823/I,2025

Ricardo Guedes Brandão
Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira
Decreto nº 1.666/I/2025

Responsável(eis) pela revisão:

Francisca Rodrigues Nery
Diretora DMAC

Aléxis J.X. González
Gerente /DMAC

Aprovação da autoridade competente

Jaime Gazola Filho

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 1.666/I/2025

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

Estudo Técnico Preliminar (id. 0249965)

O Estudo Técnico Preliminar é considerado parte integrante do Termo de Referência, e o mesmo poderá ser adquirido junto ao **EDITAL DE LICITAÇÃO**, disponibilizados no Portal da Prefeitura de Porto Velho (www.portovelho.ro.gov.br) e Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriele Holtz Machado, Assessor(a)**, em 27/01/2026, às 08:13, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geison Felipe Costa da Silva, Diretor(a)**, em 27/01/2026, às 08:57, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Dominique Brambilla Watanabe, Gerente**, em 27/01/2026, às 09:27, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Alexis Jose Xavier Gonzalez, Diretor(a)**, em 27/01/2026, às 09:31, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Rodrigues Nery, Diretor(a)**, em 27/01/2026, às 09:55, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Guedes Brandão, Coordenador(a)**, em 27/01/2026, às 10:37, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho, Secretário(a)**, em 27/01/2026, às 12:59, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0455416** e o código CRC **F8271356**.

